



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681117 - SP (2021/0224765-6)**

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : FELIPE SOARES DE LIMA  
**ADVOGADO** : FELIPE SOARES DE LIMA - SP448927  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RICARDO ZACARIAS VIEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : ELTON JOSE DA SILVA COSTA  
**CORRÉU** : JOAO ROGER DA SILVA PAES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO ZACARIAS VIEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2116060-90.2021.8.26.0000).

O paciente, preso em flagrante, teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado na inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo, que não teriam demonstrado concretamente a presença de qualquer dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que as condições pessoais do acusado seriam favoráveis e os delitos teriam sido praticados, em tese, sem violência ou grave ameaça.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia processual, com ou sem imposição de medidas cautelares mais brandas (art. 319 do Código de Processo Penal).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

HABEASCORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO CORRELATA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. 1. Presença dos requisitos e pressupostos da prisão processual. Fundamentação idônea na origem. Prisão flagrancial do paciente Ricardo e dos corréus, quando mantinham em depósito, fins de tráfico, 100 porções de cocaína (105,48g), 20 porções de crack (8,05g) e 38 porções de maconha (136,19g), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, tendo eles se associado para tanto. Prisão realizada após trabalho de campo, no qual foram registradas imagens que corroboram o contexto em que ocorridas as prisões. Elementos concretos indicativos de que a soltura do paciente colocará em risco a ordem pública. 2. Insuficiência, ao menos por ora, da imposição de medidas de contracautela diversas (artigo 319 do CPP). 3. Desproporcionalidade não aferível em sede de habeas corpus, dada a impossibilidade de promover-se juízo antecipatório de mérito. 4. Eventuais predicados pessoais do paciente não geram direito à liberdade, mormente quando presentes os pressupostos e fundamentos que legitimam a imposição da prisão cautelar. 5. Ausência de ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência. 6. Demais questões que se relacionam ao mérito e, portanto, inviável o seu exame nos estreitos limites deste writ. 7. Impetração conhecida parcialmente e, na parte conhecida, denegada a ordem.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente